



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

Casamentos interétnicos indígenas em Manaus: trajetórias de vida e processos de territorialização

Autoria: Clayton de Souza Rodrigues

A pesquisa de doutorado em curso analisa as alianças matrimoniais e a partir delas a dinamização das redes de relações políticas dos indígenas residentes na região metropolitana de Manaus, buscando representar através de mapas situacionais suas relações matrimoniais e os seus impactos nos processos de territorialidade e territorialização. Tem como objetivo geral, refletir através de instrumentos teóricos ao campo do método genealógico e da cartografia social acerca das relações matrimoniais interétnicas dos povos indígenas residentes na região de Manaus. Como objetivos específicos: descrever etnograficamente os processos de mobilidade, territorialidade e territorialização indígenas na em Manaus; identificar os arranjos matrimoniais indígenas e sua relação com os processos de mobilidade, fixação, territorialidade, territorialização e identidade étnica e produzir mapas situacionais e genealogias junto aos povos e comunidades indígenas focos da pesquisa. Esta pesquisa se utilizará do método etnográfico (GEERTZ, 1989); (CLIFFORD, 1998); (MALINOWSKI, 1978), acompanhada de entrevistas, registros audiovisuais, depoimentos e de pesquisa em fontes documentais. Também integrará parte dos procedimentos metodológicos, a construção de genealogias à luz do método genealógico na Antropologia clássica (MORGAN, 1997); (RIVERS,



[1910] 2009); (LÉVI-STRAUSS, 1976; 1993; 1982; 2004; 1996), dentre outros, e debates atuais sobre apontamentos dessas teorias genealógicas na intenção de pensar os novos modelos de alianças interétnicas experimentados por vários povos indígenas que se encontram na capital do Estado do Amazonas. A reflexão sobre etnicidade pode ser ainda auxiliada nas leituras de (OLIVEIRA, 1998); (ERIKSEN, 1996); (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976); (CUNHA, 2009); (WOLF, 1998); (COHEN, 1969; 1974); (BAINES, 2009). A discussão acerca dos modelos de organização social e parentesco em diversas sociedades produziu grande gama de conhecimento sobre as variadas formas de relações de parentesco e de afinidade. Na Amazônia, ainda hoje existem grupos que apresentam modelos pouco ou quase não estabelecidos devido suas particularidades e falta de fontes primárias ou mesmo por falta de esquemas explicativos esclarecedores. No caso de casamentos em Manaus algumas questões parecem aflorar empiricamente: as alianças entre modelos de parentesco distintas nos casamentos interétnicos, o papel político das mulheres no processo político de territorialização, assim como a reflexão sobre a identidade e principalmente direitos territoriais dos povos indígenas com base nas suas formas organizativas do parentesco e das afinidades.



Realização:



Apoio:



Organização:

